



## RÚSSIA

Desde 2014, a anexação ilegal da Crimeia pela Rússia, o apoio aos grupos rebeldes no leste da Ucrânia, as políticas de vizinhança, as campanhas de desinformação e os desenvolvimentos internos negativos provocaram uma deterioração das relações entre a UE e a Rússia. As tensões agravaram-se devido à intervenção russa na Síria. Desde 2014, a UE tem renovado regularmente as sanções aplicadas à Rússia. A UE e a Rússia mantêm uma forte interdependência e a União aplica uma abordagem de «diálogo seletivo».

### BASE JURÍDICA

- Título V do Tratado da União Europeia: «ação externa»;
- Artigos 206.º e 207.º (comércio) e artigos 216.º a 219.º (acordos internacionais) do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE);
- Acordos de Parceria e Cooperação (APC) (relações bilaterais).

### RELAÇÕES UE-RÚSSIA

Até ao início da crise na Ucrânia, a União e a Rússia desenvolveram uma parceria estratégica que abrangia, entre outros domínios, o comércio, a economia, a energia, as alterações climáticas, a investigação, a educação, a cultura e as questões de segurança, incluindo a luta contra o terrorismo, a não-proliferação nuclear e a resolução do conflito no Médio Oriente. A UE foi uma sólida defensora da adesão da Rússia à OMC (concluída em 2012). Recentemente, a questão da vizinhança partilhada tornou-se uma grande fonte de tensões entre a UE e a Rússia. A anexação ilegal da Crimeia pela Rússia em março de 2014 e as provas que confirmam o apoio prestado pela Rússia aos combatentes rebeldes no leste da Ucrânia desencadearam uma crise internacional. A UE procedeu à revisão da sua relação bilateral e suspendeu as cimeiras bilaterais regulares, o diálogo sobre o regime de emissão de vistos e as conversações sobre um novo acordo bilateral para substituir o APC. A UE segue atualmente uma abordagem dual em relação à Rússia, que combina uma política de sanções progressivas com tentativas para alcançar uma solução diplomática para o conflito no leste da Ucrânia. A participação da Rússia nos esforços desenvolvidos pelo grupo de países E3+3, de que resultou um acordo nuclear com o Irão em julho de 2015, suscitou expectativas de uma maior cooperação a nível internacional. No entanto, a súbita intervenção da Rússia no conflito sírio, desde setembro de 2015, em



apoio do Presidente Bashar Al-Assad e uma vigorosa campanha de desinformação desencadeada tanto na Rússia como fora dela agravaram as tensões com o Ocidente. Aquando das eleições presidenciais de 2018, Vladimir Putin obteve o seu quarto mandato como presidente, com 76,69 % dos votos. À semelhança de ocasiões anteriores, o Parlamento Europeu não foi convidado a enviar uma missão de observação eleitoral. A legislação russa aprovada em 2012 visava a oposição e a sociedade civil. Centenas de ONG foram rotuladas como «agentes estrangeiros» e/ou «organizações indesejáveis» e as autoridades intensificaram o controlo dos meios de comunicação social e da utilização da Internet. A UE está preocupada com a situação do Estado de Direito, nomeadamente com a corrupção. Em 2017 e 2018, por instigação de Alexey Navalny, político da oposição, realizaram-se amplas manifestações contra a corrupção em toda a Rússia, a que as autoridades reagiram com severidade. A Comissão Central de Eleições e o Supremo Tribunal proibiram Navalny de se candidatar, devido a uma condenação anterior contestada. As eleições legislativas de setembro de 2016 já tinham confirmado a predominância da presidência de Putin e a grande vitória do seu partido, «Rússia Unida».

Em 2017, a economia da Rússia recuperou da recessão e das perturbações sentidas no setor bancário no período 2014-2016, beneficiando de um aumento das receitas das exportações de petróleo e matérias-primas. As perspetivas são favoráveis, mas o clima de investimento no país é caracterizado pela incerteza e o seu desempenho económico continua a depender dos preços do petróleo e do gás. O sistema económico, concentrado em alguns setores, carece de investimentos transformadores, enquanto as grandes empresas próximas do Estado dominam o mercado. Não obstante as políticas de sanções, a União continua a ser o primeiro parceiro comercial da Rússia, sendo esta o quarto da UE. No entanto, as relações comerciais e económicas são perturbadas por diversos fatores, nomeadamente o embargo russo a vários produtos alimentares da UE, os diferendos na OMC e as graves restrições impostas às empresas da UE no que toca à participação em concursos públicos russos.

Desde março de 2014, a UE tem imposto progressivamente medidas restritivas contra a Rússia em resposta à anexação ilegal da Crimeia e à desestabilização da Ucrânia. A UE expandiu consideravelmente as suas sanções após o abate do voo MH17, em 17 de junho de 2015, no espaço aéreo de um território do leste da Ucrânia controlado por rebeldes apoiados pela Rússia. As sanções são regularmente atualizadas e prorrogadas.

As medidas restritivas da UE assumem várias formas. As medidas diplomáticas consistem na exclusão da Rússia do G8, com a consequente interrupção do processo de adesão da Rússia à OCDE e à Agência Internacional da Energia, bem como na suspensão das cimeiras bilaterais UE-Rússia.

As sanções económicas visam as trocas comerciais com a Rússia em setores económicos específicos. Limitam o acesso de determinados bancos e empresas russos aos mercados de capitais primário e secundário da UE. Impõem a proibição da exportação e importação no que diz respeito ao comércio de armas e a proibição da exportação de bens de dupla utilização para fins militares ou destinados a utilizadores finais militares na Rússia. As sanções restringem, além disso, o acesso



da Rússia a determinados serviços e tecnologias sensíveis suscetíveis de serem utilizados na produção e exploração de petróleo. São aplicadas restrições específicas às relações económicas com a Crimeia e Sebastopol, incluindo a proibição da importação de mercadorias provenientes da península, a proibição da exportação de determinados bens e tecnologias, restrições ao investimento e a proibição da prestação de serviços de turismo. As medidas em matéria de cooperação económica compreendem a suspensão de novas operações de financiamento na Rússia por parte do Banco Europeu de Investimento (BEI) e do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD).

São aplicadas medidas restritivas individuais a 150 pessoas e 40 entidades, que consistem no congelamento de bens e na proibição de viajar, pelo facto de as suas ações terem comprometido a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia. Esta lista compreende os Presidentes das duas câmaras da Assembleia Federal da Rússia (Duma e Conselho da Federação) e o presidente da delegação russa à Comissão Parlamentar de Cooperação UE-Rússia.

O Conselho «Negócios Estrangeiros» da UE, de março de 2016, destacou cinco princípios orientadores subjacentes às relações entre a UE e a Rússia: (1) aplicação do Acordo de Minsk como condição essencial para qualquer alteração substancial da posição da UE em relação à Rússia; (2) reforço das relações com os parceiros orientais da UE e outros países vizinhos, incluindo os da Ásia Central; (3) reforço da resiliência da UE (por exemplo, em matéria de segurança energética, ameaças híbridas ou comunicação estratégica); (4) diálogo seletivo com a Rússia sobre questões do interesse da UE; (5) necessidade de estabelecer contactos interpessoais e de apoiar a sociedade civil russa. O primeiro princípio vincula implicitamente a duração de algumas sanções da UE aos progressos no sentido de uma resolução pacífica do conflito no leste da Ucrânia.

Desde agosto de 2014, a Rússia tem aplicado medidas de retaliação contra as sanções impostas pela União e pelos países ocidentais (incluindo os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália), impondo, pelo seu lado, sanções a produtos agrícolas, matérias-primas e géneros alimentícios, alegando violações das normas de segurança alimentar. A Rússia reforçou a sua política de substituição de importações no setor agrícola. A Rússia dispõe igualmente de uma «lista negra» de nacionais da UE e dos EUA que criticaram as suas ações, que utiliza para lhes negar o direito de entrar no território russo (esta lista inclui 18 deputados ao PE). As pessoas que constam dessa lista não dispõem de qualquer via de recurso judicial, contrariamente à proibição de viagem imposta pela UE.

## **ACORDOS VIGENTES**

A base jurídica das relações entre a UE e a Rússia é o Acordo de Parceria e Cooperação (APC) assinado em junho de 1994. Inicialmente válido por 10 anos, este acordo tem sido renovado automaticamente todos os anos desde então. O APC define os principais objetivos comuns e estabelece o quadro institucional em que se desenrolam os contactos bilaterais (incluindo consultas regulares sobre os



direitos humanos e cimeiras presidenciais semestrais, cuja realização está atualmente suspensa).

Na cimeira de São Petersburgo, realizada em maio de 2003, a UE e a Rússia reforçaram a sua cooperação com a criação de quatro «espaços comuns»: um espaço económico; um espaço de liberdade, segurança e justiça; um espaço de segurança externa; e um espaço de investigação, educação e cultura. A nível regional, a UE e a Rússia, juntamente com a Noruega e a Islândia, criaram, em 2007, a nova política da Dimensão Setentrional, centrada na cooperação transfronteiriça nas regiões do Mar Báltico e do Mar de Barents. Em julho de 2008, foram encetadas negociações sobre um novo acordo UE-Rússia, que deveria incluir «compromissos juridicamente vinculativos» em domínios como o diálogo político, a justiça, a liberdade, a segurança, a cooperação económica, a investigação, a educação, a cultura, o comércio, o investimento e a energia. Em 2010, foi lançada uma «Parceria para a Modernização». As negociações relativas a um acordo sobre a facilitação da emissão de vistos foram concluídas em 2011. No entanto, a intervenção da Rússia na Crimeia provocou a suspensão de todas as conversações e processos em curso. Em 2014, o Conselho Europeu congelou a cooperação com a Rússia (com exceção da cooperação transfronteiriça e dos contactos interpessoais), bem como qualquer novo financiamento da UE em benefício do país através de instituições financeiras internacionais.

## **O PAPEL DO PARLAMENTO EUROPEU**

O Tratado de Lisboa estabelece que o Parlamento deve dar a sua «aprovação» para a conclusão de qualquer novo acordo, como foi o caso com o anterior APC. Os acordos mais específicos (tais como o relativo à facilitação da emissão de vistos) requerem igualmente a aprovação do Parlamento. Apesar de não definir diretamente as necessidades estratégicas ou os programas de ação, o Parlamento legisla, juntamente com o Conselho, em relação aos objetivos e às prioridades da assistência financeira da UE, incluindo no que se refere ao Instrumento Europeu de Vizinhança (IEV), através do qual é financiada a cooperação regional entre a UE e a Rússia. Além disso, o Parlamento tem o direito de examinar os documentos que regulam o IEV antes de serem aprovados, segundo um procedimento dito de «controlo democrático».

O Parlamento aprovou uma série de resoluções sobre a Ucrânia, nas quais condena a anexação ilegal da Crimeia pela Rússia e o papel deste país na destabilização do leste da Ucrânia. Em junho de 2015, o Parlamento aprovou uma resolução sobre o estado das relações UE-Rússia, na qual apoia as sanções da UE e sublinha a necessidade de programar uma assistência financeira mais ambiciosa para a sociedade civil russa e de promover os contactos interpessoais, não obstante as relações difíceis. Em resoluções posteriores, o Parlamento felicitou os esforços envidados pela Comissão para uma União da Energia, com vista a reduzir a dependência das importações de energia da Rússia, e as medidas tomadas pela UE para combater a propaganda agressiva da Rússia e de outros terceiros. No entanto, o Parlamento apelou à cooperação com a Rússia em matéria de luta contra o terrorismo e de processo de paz no Médio Oriente, tendo contudo criticado a intervenção da Rússia na Síria.



Até 2014, o Parlamento era favorável a um novo acordo global com a Rússia, alicerçado em valores e interesses comuns. Contudo, em vários relatórios de iniciativa, o Parlamento manifestou igualmente sérias preocupações relativamente ao respeito dos direitos humanos, ao Estado de Direito e à situação da democracia na Rússia. A legislação adotada contra a «propaganda» LGBTQ e a repressão contra as ONG independentes ou as que recebem financiamento de fontes não russas constituem os melhores exemplos da situação referida. Em abril de 2017, o Parlamento aprovou uma resolução na qual condena a detenção de Alexei Navalny. Em 2016, o Parlamento condenou veementemente os níveis sem precedentes de violações dos direitos humanos perpetradas contra os residentes da Crimeia, nomeadamente os Tártaros. Em março de 2017, o Parlamento solicitou à Rússia que libertasse mais de 30 cidadãos ucranianos que tinham sido detidos ou submetidos a medidas restritivas da liberdade.

Entre 1997 e 2014, as relações com os legisladores russos foram desenvolvidas principalmente na Comissão Parlamentar de Cooperação (CPC), um fórum interparlamentar que foi estabelecido pelo APC UE-Rússia de 1994. Entre 1997 e o início de 2014, a CPC UE-Rússia constituiu uma plataforma estável para o desenvolvimento da cooperação e do diálogo entre as delegações do PE e a Assembleia Federal da Rússia. Contudo, desde março de 2014, o PE suspendeu as relações interparlamentares com esta Assembleia, em conformidade com as medidas diplomáticas restritivas adotadas em resposta à crise na Ucrânia. No entanto, a delegação do Parlamento Europeu à Comissão Parlamentar de Cooperação UE-Rússia continua a reunir-se e a debater questões relacionadas com as relações entre a União e a Rússia. Mantém, além disso, um canal de debate e intercâmbio com os representantes da sociedade civil, das organizações não governamentais e dos meios de comunicação social russos.

O Parlamento não foi convidado pela Rússia para observar eleições desde 1999 e não tem quaisquer outras atividades desta natureza no país.

Mario Damen  
05/2019

